

OS “FILHOS DA FOLHA” NA ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA EM GOIÁS: o protagonismo esquecido dos brasileiros pobres

THE “FILHOS DA FOLHA” AT THE TIME OF INDEPENDENCE IN GOIÁS: the forgotten protagonism of poor brazilians

LOS “FILHOS DA FOLHA” EN LA ÉPOCA DE LA INDEPENDENCIA EN GOIÁS: el protagonismo olvidado de los brasileños pobres

Martha Victor Vieira

Doutora em História Social pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professora do Curso de História, do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT/Campus de Araguaína.
martha.victor@uft.edu.br / <http://orcid.org/0000-0001-5566-5585>

Recebido: 01/07/2023; Aceito: 10/08/2023; Publicado: 26/12/2023.

RESUMO

O presente artigo propõe-se a abordar a participação das camadas pobres de Goiás no processo da independência do Brasil, analisando as narrativas das autoridades militares, escritas entre 1821 e 1825. Como procedimento metodológico, primeiramente, investigamos os dicionários da época, que nos permitiu inferir que a palavra “pobre” constitui um termo mais apropriado do que “popular” para descrever as camadas de baixa renda que faziam parte das tropas goianas. Com base em uma análise qualitativa dos documentos, observamos que indígenas, negros e pardos atuaram como protagonistas nos conflitos políticos da Independência, apesar de terem sido esquecidos nas narrativas históricas produzidas no Oitocentos e nos estudos subsequentes. Para embasar nossas reflexões, nos respaldamos em Michael C. McBeth (1977) e Joan Meznar (1992), que tratam do recrutamento militar no Brasil Império, bem como em pesquisas sobre outras províncias (Sergipe, Pernambuco, Piauí e Rio de Janeiro), que analisam a presença e o engajamento das camadas subalternas nas tropas militares. A concepção de “redes de serviços”, de Fernando Dores Costa (1992), também nos ajudou a compreender como, nos primórdios do Brasil Império, poderia ocorrer a ascensão e a promoção dos sujeitos que eram discriminados pela sua procedência racial e pela sua baixa condição socioeconômica.

Palavras-chave: Independência; Província de Goiás; Militares; Pobres.

ABSTRACT

This article proposes to address the participation of poor people in Goiás in the process of Brazil's independence, analyzing the narratives of the military authorities, written between 1821 and 1825. As a methodological procedure, we first investigated the dictionaries of the time, which allowed us to infer that the word “poor” is a more appropriate term than “popular” to describe the low-income layers that were part of the Goiás troops. Based on a qualitative analysis of the documents, we observe that indigenous, black and brown people acted as protagonists in the political conflicts of Independence, despite having been forgotten in the historical narratives produced in the 19th century and in subsequent studies. To support our reflections, we rely on Michael C. McBeth (1977) and Joan Meznar (1992), who deal with military recruitment in the Empire of Brazil, as well as research on other provinces (Sergipe, Pernambuco, Piauí and Rio de Janeiro), that analyze the presence and engagement of subordinate layers in military troops. The conception of “service

networks”, by Fernando Dores Costa (1992), also helped us to understand how, in the early days of Empire Brazil, there could be an ascension and promotion of subjects who were discriminated against due to their racial origin and low status socioeconomic.

Keywords: Independence; Province of Goiás; Military; Poor.

RESUMEN

Este artículo se propone abordar la participación de los pobres de Goiás en el proceso de independencia de Brasil, analizando las narrativas de las autoridades militares, escritas entre 1821 y 1825. Como procedimiento metodológico, primero investigamos los diccionarios de la época, lo que nos permitió de inferir que la palabra “pobre” es un término más apropiado que “popular” para describir a las capas populares que formaban parte de las tropas de Goiás. A partir de un análisis cualitativo de los documentos, observamos que indígenas, negros y pardos actuaron como protagonistas de los conflictos políticos de la Independencia, a pesar de haber sido olvidados en las narrativas históricas producidas en el siglo XIX y en estudios posteriores. Para sustentar nuestras reflexiones, nos apoyamos en Michael C. McBeth (1977) y Joan Meznar (1992), quienes se ocupan del reclutamiento militar en el Imperio de Brasil, además de investigaciones en otras provincias (Sergipe, Pernambuco, Piauí y Río de Janeiro), que analizan la presencia y participación de capas subordinadas en las tropas militares. La concepción de “redes de servicio”, de Fernando Dores Costa (1992), también ayudó a comprender cómo, en los primeros tiempos del Imperio de Brasil, la ascensión y promoción de sujetos discriminados por su origen racial y baja podría ocurrir condición socioeconómica.

Palabras clave: Independencia; Provincia de Goiás; Militar; Pobre.

INTRODUÇÃO

O filósofo Ernest Renan, em 1882, afirmou que: “O esquecimento, e diria, mesmo o erro histórico são um fator essencial da criação de uma nação, e é assim que o progresso dos estudos históricos é frequentemente para a nacionalidade um perigo (RENAN, 2006, p. 90)”. Para construir a nação brasileira, além de realizar um pacto intralites, organizar o aparato jurídico-burocrático e instituir a coerção física e fiscal, foi necessário construir representações culturais, que contribuíssem para instituir uma memória e uma identidade nacional.

A história, a geografia, a literatura e as artes irão coadjuvar com esse projeto político pragmático, ferrenhamente defendido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), de invenção de uma narrativa que atribuisse sentido e inteligibilidade ao Estado-nação, haja vista que: “No momento de ruptura dos laços coloniais, o Império brasileiro não dispunha de um território unificado prévio, mas de um conjunto heterogêneo de territórios coloniais herdados da colonização” (MAGNOLI, 2003, p. 294). O processo histórico no qual o Estado se consolidou foi marcado por violências físicas e simbólicas feitas por aqueles que detinham poder de mando. Muitos desses confrontos, todavia, jazem esquecidos e preteridos nas narrativas oficiais, especialmente no que concerne a participação ativa das camadas mais pobres. Isso porque, como aponta Roderick Barman

(1988), reconstruir o processo de independência sob um ponto de vista “nacionalista” servia para legitimar a nação brasileira e a unidade territorial, como se isso fosse uma predestinação da América portuguesa.

A narrativa oficial, escrita sob uma perspectiva elitista e nacional, ao longo do Oitocentos, que descreveu a consolidação da soberania territorial brasileira, silenciou-se sobre algumas datas, trajetórias, grupos sociais subalternos, disputas regionais e cizânias ocorridas nos bastidores do campo político. Por isso pouco se fala que, em 1822, ainda não havia um consenso nas províncias em relação à independência do Brasil. Na Bahia, as tropas portuguesas somente foram derrotadas em 2 de julho de 1823. No Maranhão, a adesão oficial foi feita em 28 de julho de 1823. No Piauí, os conflitos internos se amenizaram somente após a violenta Batalha do Jenipapo em março de 1823. Em relação às camadas populares, até por volta da década de 1980, imperou na historiografia a ideia de que não houve a participação das “massas” no processo emancipatório, como aventou Caio Prado Jr. (1983). Sem mencionar as mulheres, que também foram invisibilizadas, cuja atuação no contexto da independência tem sido objeto recente da pesquisa histórica.

É conhecido o caso da baiana Maria Quitéria de Jesus, primeira mulher a fazer parte do Exército brasileiro, que lutou pela independência, fingindo ser um homem. Há ainda Maria Felipa Oliveira, escrava liberta que, juntamente com outros ex-escravizados, teria combatido as tropas portuguesas na ilha de Itaparica, na Bahia. Outra mártir foi a madre Joana Angélica de Jesus, que foi morta por tentar impedir a entrada das tropas de Portugal no convento da Ordem da Imaculada Conceição.

Muitos lugares, regiões e protagonistas seguem com suas histórias pouco conhecidas da maioria do público. No caso do atual Estado do Tocantins, as lideranças da então Comarca do Norte teriam jurado fidelidade à causa do Brasil em 20 de janeiro de 1823, depois de ter sido controlado (embora não terminado) o Movimento Autonomista, devido às ações lideradas pelo padre e deputado da Junta de Governo Luiz Gonzaga de Camargo Fleury. Nessa época, no Norte Goiano, houve intensa participação dos povos indígenas nas disputas entre as elites pelo poder local, sem mencionar as camadas pobres e os negros livres, que foram mobilizados para participar das tropas militares, tanto na Comarca do Norte quanto na Comarca do Sul.

A obra que primeiro criou uma versão sistematizada sobre o movimento de independência goiano foi os *Anais da Província de Goiás*, de José Martins Pereira de Alencastre, escrito em 1863, que aborda, sob uma perspectiva nacional, as disputas entre as elites, sem mencionar as categorias subalternas. As pesquisas feitas posteriormente, seguindo a linha de raciocínio de Alencastre (1979), também se concentraram nas ações dos

homens ilustres. Portanto, essa é uma história que ainda precisa ser contada; sobre ela deixo aqui alguns apontamentos sobre o caráter polissêmico da palavra “popular” (cujo sentido precisa ser apurado na documentação utilizada) e sobre a presença dos pobres nas tropas goianas.

AS CAMADAS POBRES NA ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA

A história escrita e ensinada nas escolas e universidades, até a década de 1990, pouco abordava a participação popular na época da independência em Goiás e em outras províncias, porque as narrativas oficiais, que servem de fonte para o historiador, usualmente, destacavam apenas o protagonismo das elites. Como bem ressalta a historiadora Edna Maria Matos Antônio (2020, p. 35), notadamente, a historiografia oitocentista valorizava as ações dos grandes personagens políticos, o que corroborou para a construção de um discurso histórico que “ao mesmo tempo que ajudou a ocultar a violência do nosso processo de autonomia, amenizava a possibilidade de um envolvimento amplo da sociedade colonial nessa importante etapa de transformação institucional”. Os estudos sobre as camadas subalternas ganharam força somente na década de 1980 e 1990, com a renovação teórica e metodológica da nova história política (ANTÔNIO, 2020).

Apesar de negligenciadas por muitos estudos históricos, indícios da atuação ativa das pessoas pobres (brancos, pardos, negros e indígenas) podem ser encontrados, mesmo nas fontes oficiais, nos tumultuados processos sociais e políticos que marcaram o início da década de 1820. Portanto, é possível identificar essa participação na representação escrita que se forja e circula neste contexto próximo aos eventos e que, conforme diria Hall (2006, p. 20), nos informam sobre as “práticas culturais” vigentes.

Já no *Dicionário da língua Portuguesa* do padre D. Rafael Bluteau, revisto por Antonio de Moraes Silva, que data de 1789, o termo popular aparece referindo-se ao “que grangeia o povo, fazendo-se seu parcial”, por isso, difere do nobre “conhecido, e distinto pela distinção, que a Lei lhe dá dos populares, e plebeos, ou mecânicos”. Os populares, em Moraes e Silva, também aparecem no verbete “sedição”, que significa “alteração popular, rebelião contra o poder legítimo, contra o Governo, revolta, motim” (SILVA, 1789, p. 120-387).

Nota-se que a palavra popular pode ter o mesmo sentido positivo de povo político ou ter uma carga semântica pejorativa, lembrando o que o *Dicionário de língua brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto (1832), compreende como o “vulgo”, “o povo comum”, o “povo miúdo” ou a “plebe”. Igualmente, o *Novo dicionário crítico e etimológico da língua portuguesa*

descreve que o “povo miúdo” era a “gentalha, gente das classes inferiores da sociedade” (CONSTÂNCIO, 1836, p. 792). Entre esses sujeitos poderíamos encontrar o “ganhão”, que é aquele que “vive de trabalhar no campo, de guardar gado”, “o homem da plebe, o mecânico”, ou então o “pião”, descrito como “homem de pé na tropa” (PINTO, 1832, passim).

O polissêmico conceito de povo, no singular e no plural, era usado, na época da Independência, para expressar a ideia de coletividade. Tanto que Dom Pedro I foi erigido ao poder por graça de Deus e unânime aclamação dos povos das várias províncias, que aderiram à independência do Brasil por meio das suas respectivas câmaras municipais. Todavia, na visão da elite, pode ser identificada certa distinção entre o povo e a plebe. Os primeiros seriam os cidadãos ativos, proprietários, e os últimos seriam as classes sem poder aquisitivo para serem qualificadas, pelo menos, como eleitores.

A razão dessa concepção vitoriosa de povo político coletivo, segundo Luisa Rauter Pereira (2022, p. 763-765), ocorreu, “não sem disputa”, por causa da “semântica monárquico-conversadora”, que “foi dominante no movimento da Independência”, e se consolidou devido à escrita da história oficial oitocentista enfatizar o protagonismo dos homens ilustres, tais como, D. Pedro I e José Bonifácio de Andrada e Silva, em detrimento da participação popular, que foi apagada ou qualificada como desordem.

As camadas populares, nas primeiras décadas do século XIX, poderiam abranger o rol das pessoas livres ou libertas, o “povo comum”, sem distinção socioeconômica, opondo-se aos homens bons de determinado lugar, constituindo-se como o povo miúdo, ou incluir essas mesmas pessoas gradas, de modo mais genérico. O governador das armas de Goiás, Raimundo José da Cunha Mattos, por exemplo, em 1823, ao comentar as relações de amizade cultivadas pelos deputados locais, considerava pernicioso os “governos populares, composto de pessoas naturais” (OFÍCIO, 1823, fl. 15, Livro 120). Nessa passagem, Cunha Mattos está falando dos principais da terra, o cidadão ativo, qualificado aqui como “popular” em oposição ao que seria nomeado ou se identificava com os projetos do poder central.

Do mesmo modo, quando o capitão-general Manuel Inácio de Sampaio, em 1821, reclamou ao governo imperial, dizendo temer as agitações populares, provavelmente ele também está se referindo às elites locais beligerantes. O “Povo e a Tropa”—que saíram às ruas para pedir a criação do Governo Provisório em agosto de 1821, tentando derrubar pela força o capitão-general, bem como aqueles que se manifestaram, por meio de pasquins e cartas anônimas, no início de janeiro de 1822 na Cidade de Goiás—tudo indica ser os cidadãos ativos, que podiam votar e queriam maior participação política, entre os quais

estavam oficiais militares, padres, comerciantes, funcionários públicos e fazendeiros (PORTARIA, 1821, p. 39). Nesse sentido genérico, encontra-se na imprensa da época da independência expressões como “soberania popular”, “governo popular” “eleição popular”, “representação popular”, etc..

Ora, se a expressão popular apresenta sentidos variados, podendo incluir as pessoas das elites, por sua vez, o termo “pobre” é mais consensual, restringindo-se às pessoas que não possuem condições básicas de sobrevivência, ou seja, “a quem falta o necessário para a vida”. Equivalente ao proletário, pobre é aquele “que não pode contribuir para o Estado, senão com os filhos para o serviço dela” (SILVA, 1789, p. 545). O filólogo Francisco Solano Constâncio (1836, p. 780), precisamente, considera o pobre como sendo alguém de “poucas posses”, e sem “meios de as obter”. O “cidadão pobre”, sendo proletário, só teria seus próprios filhos para coadjuvar com os serviços do Estado. O termo pobre foi recorrente no vocabulário da época da independência, sendo usado na literatura e na imprensa com significado similar ao que ainda possui na contemporaneidade.

Nesse sentido, a questão a ser investigada é onde estariam, na época da independência, os pobres – entendidos como o povo comum, de baixo poder aquisitivo? Teriam esses pobres participado dos conflitos ocorridos na década de 1820? Qual seria o lugar de atuação desses indivíduos em Goiás?

Edna Maria Matos Antônio (2020), pesquisando documentos produzidos pelas elites em Sergipe, identificou a participação de mestiços, libertos e escravizados nos conflitos políticos do Primeiro Reinado, o que teria causado um grande temor dos senhores. Marcelo de Sousa Neto (2022), analisando fontes e a literatura histórica da província do Piauí, no período de 1821 a 1823, aponta que “grupos populares, em sua maioria composta pela população empobrecida da Província, uniram-se às elites na luta comum contra a Coroa portuguesa”. Gladys Sabina Ribeiro (2002), enfocando o Rio de Janeiro, com base em registros policiais e periódicos, menciona que homens livres pobres, libertos e escravos atuaram ativamente nas tropas brasileiras, levando o Estado a adotar medidas de controle social. Pesquisas históricas sobre outras províncias corroboram a inferência sobre a presença do povo comum nas tropas. Em uma abordagem sobre Pernambuco, Marcus J. M. de Carvalho (2005, p. 891) destaca que esse “engajamento”, às vezes, era visto como uma possibilidade de ascensão social e *status* por parte dos recrutados.

Nos estudos sobre Goiás na época de independência encontramos somente informações esparsas sobre as camadas subalternas em trabalhos como de Regina Lacerda (1970), que destaca que, na Comarca do Norte, 250 indígenas Apinajés engrossaram as

fileiras das tropas brasileiras, enfrentando as forças do Major Francisco de Paula Ribeiro, na região de Pastos Bons. Contudo, na leitura dos documentos das autoridades militares, no período de 1821 a 1825, existem vários registros da atuação dos pardos, negros e indígenas nas tropas, ocupando, sobretudo, a função de soldados ou pedestres. Esses militares de baixa patente, geralmente, eram aliciados por membros da elite que disputavam poder no âmbito local.

Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, ao criticar a movimentação sediciosa de 1831, na Cidade de Goiás, no jornal *A Matutina Meiapontense*, confirma essa inferência de que o “povo miúdo” participou ativamente dos conflitos locais, quando afirmou que os sediciosos eram, em sua maioria, “gente tão insignificante” que, excetuando 16 ou 20 soldados da Primeira Linha, apenas uns 20 poderiam votar nas eleições paroquiais (A MATUTINA MEIAPONTENSE, 1832, p. 2). Ressalvando o fato de que Fleury quer desautorizar o movimento ocorrido, chamando atenção para o caráter plebeu da Sedição goiana de 1831, é interessante observar a concepção do redator que aponta que uma característica importante para distinguir socialmente os indivíduos era a qualificação para votar e ser eleito, haja vista que um dos critérios eleitorais do Império era censitário.

AS TROPAS MILITARES GOIANAS

As tropas militares goianas, desde o século XVIII, foram incumbidas de funções diversas, as quais envolviam: a proteção das minas; a condução do quinto real ao Rio de Janeiro; a formação de bandeiras para procurar e combater os povos indígenas não-aliados; a destruição dos quilombos; o controle das fronteiras; o patrulhamento das estradas, para evitar o contrabando, e acompanhamento do governador nas visitas e inspeções feitas no extenso território (KARASCH, 2002). Uma coisa, porém, era ter cargo de oficial a outra era ser soldado raso.

Na capitania de Goiás havia poucos oficiais das tropas de Dragões, em contraste com os muitos oficiais das Companhias de Milícias. A nomeação a oficial era bastante requisitada por equivaler a um título honorífico (KARASCH, 2002, p. 155). A ascensão ao cargo de oficial, contudo, ocorria mediante a inserção dos indivíduos em “redes de clientelares”, que envolviam uma relação de troca de favores entre o Estado português e os poderes privados. Na visão dos historiadores Ângela Barreto Xavier e Antônio Manuel Hespanha (1998, p. 340), no império português: “As relações assimétricas de amizade (relações de poder) teriam tendência para derivar em relações de tipo clientelar que, apesar

de serem informais, apareciam, pela obrigatoriedade da reciprocidade apresentada (impossível de elidir)”.

Detendo o “monopólio da atribuição de distinções”, além de conceder patentes militares, a Coroa podia facultar diversos tipos de remunerações, entre as quais: “[...] doações de direitos, de bens e de comendas, mas também de tenças e capelas” em troca dos serviços prestados (COSTA, 1992, p. 445). Desse modo, embora o serviço militar, sobretudo ser soldado, fosse considerado um castigo, situação inversa ocorria no tocante aos postos de comando, uma vez que muitos indivíduos almejavam ser oficiais, desde que mantidos próximos às suas localidades. Afinal, a prestação de serviços à Coroa implicava na aquisição de privilégios e honrarias que eram valorizadas pela sociedade colonial e imperial.

Pode-se observar a lógica das práticas culturais vigentes, na proposta feita pelo sargento-mor da capitania do Pará Francisco José Rodrigues Barata, em 1806, para melhorar a situação da agricultura e do comércio em Goiás, que estava em crise, desde o fim do século XVIII, devido à redução da produção mineradora. Para esse sargento-mor, devia-se ter a seguinte prática nos corpos de Milícias e Ordenanças:

A todo aquelle que entrar na sobretida forma com a quantia de 4:000\$000 réis se lhe passará a patente de Coronel aggregado de milícia: ao que entrar com 3:800\$000 réis a de Tenente-Coronel ou de Capitão-mor: ao que entrar com 1:000\$000 réis a de Capitão: ao que entrar com 600\$000 réis a de Tenente: ao que entrar com 300\$000 réis a de alferes (BARATA, 1806, p. 364).

Na visão de Rodrigues Barata, “[...] estas graças ou mercês devem ser distribuídas de forma que não se abuse delas”, por isso as patentes deviam ser concedidas a pedido do capitão-general. Esse agente real, sem tornar “público esse meio de recompensa”, oferecer-se-ia para proteger as pretensões de tal “vassalo” e intercederia por essa “graça” perante Sua Alteza Real. Para reforçar sua proposta, Barata argumentava que: “É sem dúvida que aquelle dos vassallos, que concorre em qualquer tempo para as urgências do Estado é cidadão benemérito e digno d’aquellas graças, mercês e recompensas [...]” que são concedidas pelo Soberano aos que se distinguem no “serviço real e no da pátria” (BARATA, 1806, p. 364).

Nas palavras acima, fica explícito o caráter ao mesmo tempo informal e legítimo da relação de reciprocidade existente entre o monarca e os súditos. Como mencionado nos estudos de Fernando Dores Costa (1995), as autoridades régias buscavam persuadir os poderes privados a contribuírem para fazer soldados, acenando-lhes com benefícios mútuos. Essa persuasão era obtida a partir de procedimentos administrativos e arranjos pessoais que combinavam constantemente negociação e barganha.

O império português utilizou-se dos poderes privados porque não tinha recursos materiais e humanos para promover a proteção e expansão das fronteiras territoriais. Em troca dos serviços prestados à Coroa, os grandes proprietários de terra e negociantes recebiam títulos e privilégios. A atuação das tropas de Ordenanças constitui um exemplo da relação de negociação existente entre a metrópole e os colonos. Contudo, ao mesmo tempo em que as Ordenanças corroboravam para garantir os direitos da Coroa em regiões longínquas, serviam também para as elites locais beneficiarem-se tanto das distinções concedidas como da legitimidade no uso da violência.

Com a vinda da Corte, em 1808, a organização do serviço militar sofreu gradativas mudanças. Após a Independência, as instruções de 10 de julho de 1822 introduziram novas formas de recrutamento. Algumas antigas práticas coloniais, porém, permaneceram na forma da sociedade se relacionar com as instituições militares no Brasil imperial. O Estado brasileiro, para exercer o monopólio da violência, impor uma ordem legal e extrair os tributos fiscais, continuou a negociar com os poderes privados, e estabelecer um sistema de negociação e barganhas de cargos, patentes e títulos em troca de fidelidade e prestação de serviços (MENDES, 1998).

Com a chegada em Goiás do governador das armas Raimundo José da Cunha Mattos, em meados de 1823, as tropas provinciais foram reorganizadas, porque eram consideradas indisciplinadas e estavam dispersas e abandonadas pelo poder público, que não as supriam, devidamente, de armas, de munições e de fardamentos, além dos militares terem dificuldade de receberem o soldo. A Junta da Fazenda, responsável por fornecer os subsídios necessários à tropa, às vezes, dizia que não tinha ordem para pagar, outras vezes dizia não ter dinheiro. Constam nas reclamações feitas, por meio das correspondências oficiais, que alguns soldados chegavam a faltar ao serviço militar, alegando não ter o que vestir (OFÍCIO, 1823, fl. 23, Livro 118). A reclamação das tropas em relação a soldos e vestuários indica a presença dos pobres nas tropas goianas.

As constantes queixas dos militares de Primeira Linha demonstram que muitos não tinham condições financeiras e dependiam do soldo para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. A insatisfação das tropas as tornava suscetíveis a se envolverem nos conflitos políticos, quando se lhes acenavam para promoções e benefícios privados. Ademais, os soldados e oficiais de baixa patente, geralmente, tinham relações com a elite dirigente, sendo mobilizados nas disputas regionais.

Há vários indícios de que membros das camadas populares e indígenas atuaram nas tropas em Goiás nos conflitos que ocorreram no início da década de 1820 tanto na Comarca do Sul quanto na Comarca do Norte. Joaquim Teotônio Segurado, que liderou, a

princípio, o Movimento pela separação das duas Comarcas, no início de setembro de 1821, começou a organizar a força armada de Primeira e Segunda Linha, recrutando os soldados para assentarem praça na infantaria. Em uma manifestação contra a autoridade do capitão-general Manuel Inácio de Sampaio, o ouvidor afirmou:

[...] Cinquenta soldados de linha! Desses necessita ele em Goiás para manter o seu despotismo! Ele sabe que nós temos mil bravos sertanejos, que sepultariam seus soldados nas gargantas das serras que nos rodeiam. Tens milicianos? Também nós os temos; todos são irmãos, todos tem o mesmo interesse, se cá os mandar, eles em vez de balas nos oferecerão ramos de oliveira, e, unidos, sob a bandeira da Constituição, iremos todos desterrar para longe um ente monstruoso, que se chama capitão-general [...] (PROCLAMAÇÕES, 1979, 359-360).

A Proclamação deixa claro que os milicianos da Comarca do Sul estariam descontentes com a administração provincial e que apoiavam a criação de um Governo Provisório contrário ao capitão-general. O Movimento Autonomista do Norte Goiano (1821-1823), cuja sede inicial foi Cavalcante, foi um dos motivos de se nomear Cunha Mattos como governador das armas de Goiás, a fim de organizar as tropas militares, preparando-as para conter qualquer manifestação que atentasse contra a Independência. Nas acusações feitas pela Junta de Governo de Goiás, as lideranças nortenses eram favoráveis à Portugal, mas não há evidências históricas para sustentar essa tese, mesmo porque o pedido de separação foi feito também ao príncipe regente, que desaprovou a demanda em 23 de junho de 1823, jogando uma *pá de cal* no sonho autonomista.

Na correspondência enviada ao ministro da guerra, descrevendo a situação das tropas militares goianas, Cunha Mattos relata que havia na província uma companhia de cavalaria de primeira linha (dragões) e uma de infantaria chamada Pedestres, esta composta de gente de “baixa qualidade”. Havia ainda dois regimentos de cavalaria miliciana dispersos por toda a província e um de infantaria composta de homens pardos, porque os brancos não serviam na infantaria, esses militares seriam na sua maior parte “pobríssimos”. Em várias localidades registra-se a existência de companhias de homens pretos (ou de Henriques) (OFÍCIO, 1823, fl.6, Livro 118).

Em relação às tropas de Pedestres, o historiador Luís Palacin afirma que elas eram compostas de homens negros e pardos que viviam em condições miseráveis, “[...] maltrapilhos e armados com uma espada, vencendo o soldo três vezes menor que o dos dragões. Além disso, os Pedestres ainda levavam anos para receber o soldo e, às vezes, eram roubados e ludibriados pela provedoria da fazenda” (PALACIN, 1983, p. 89). Mary Karasch corrobora essa informação, destacando que em Vila Boa de Goiás, no final do século XVIII, os negros e indígenas faziam o trabalho pesado nas bandeiras, lutando como

Pedestres nas guerras fronteiriças e sendo usados para manter a paz nas missões ou para capturar quilombolas (KARACH, 2002, p. 154).

Consta que a Companhia de Pedestres foi criada no governo de D. Luiz Mascarenhas (1739-1748), com o título de aventureiros, que ajudavam os Dragões e recebiam um salário menor (SOUZA, 1849, p. 447). Os Pedestres, também conhecidos como tropas ligeiras, eram soldados que atuavam em algumas províncias para combaterem os indígenas e a coadjuvarem com a sua “civilização” (NILO, 1928, P. 642). Esse corpo de “soldados do mato” foi criado em Goiás durante a guerra contra os Kayapó do Sul para patrulhar as estradas e servir de apoio à tropa de linha (ATAÍDES, 2006, p. 63-69).

A situação precária das tropas goianas levou Cunha Mattos, em janeiro de 1824, a propor ao ministro da guerra a criação de duas legiões de tropas milicianas, em lugar dos “[...] dois regimentos de infantaria dos pardos e pretos, composto aquele de 35 companhias e este de 21, e dois regimentos de cavalaria, um composto de 17 e outro de 11 companhias[...].” (MATTOS, 1979, p. 24). Ainda segundo a proposta do governador, as vinte e oito Companhias de Cavalaria, dariam apenas quatro bons esquadrões. Já o Regimento de Henriques, por falta de oficiais, deveria extinguir-se e juntar-se ao Regimento de Infantaria dos homens pardos. Na avaliação de Cunha Mattos não havia ordem nos regimentos, porque não se faziam revistas frequentes, o que levava as informações sobre a quantidade das tropas serem, muitas vezes, falsa. A carência de oficiais militares na província dificultava a ação de Cunha Mattos, porque o governador dizia que não podia confiar em ninguém. Nem mesmo nos soldados porque alguns se diziam “bernardistas ou revolucionários” (OFÍCIO, 1823, fl.15, Livro 118). Esse comentário de Cunha Mattos sugere que os soldados revoltosos das tropas goianas tinham conhecimento dos conflitos que ocorreram em outras províncias, tais como a “Bernarda” paulista (1822), e se apropriaram do sentido impresso nesse vocabulário político ao se manifestarem.

A mal organização das tropas pelos comandantes fazia com que muitos soldados se recusassem a comparecer às revistas e a participarem das festividades cívicas, mesmo quando convocados. A recusa dos militares em cumprir a ordem de marcharem na parada de 12 de outubro de 1824, levou Cunha Mattos a ordenar a prisão, por oito dias, dos oficiais superiores e inferiores das Companhias de Infantaria, Cavalaria e Henriques do distrito de Pilar. Para ter um maior controle da tropa, Cunha Mattos obrigou os comandantes a fazerem quatro revistas anuais: na Páscoa, no dia do Espírito Santo, na festividade de 12 de outubro e no Natal. A proposta de Cunha Mattos de organização das tropas goianas foi aceita pelo governo imperial em 1825. Em novembro desse mesmo ano, o governador comunicou aos comandantes a extinção das Companhias de Henriques,

recomendando que as praças pertencentes a esse regimento fossem entregues às Companhias de Ordenanças (OFÍCIO, 1825, fl.111, Livro 120).

Um grave problema enfrentado por Cunha Mattos foi contornar o alto grau de insatisfação das tropas de Primeira Linha, devido à falta de soldos, fardamentos, munições e a ausência de promoções, tendo alguns soldados que pagar a própria arma. Uma das reclamações relativas aos pagamentos é que os oficiais da província, para receberem seu soldo, deveriam fazer um requerimento à Junta da Fazenda que somente se reunia duas vezes por semana. De forma que, para o oficial cobrar o seu soldo, demorava duas ou mais sessões. Outra frequente reclamação era que os militares de Primeira de Linha, a quem se deviam anos de pagamento, geralmente, recebiam em bilhetes para trocar na Casa de Fundição por conta dos quintos do ouro, mas eles acabavam arrematando tais bilhetes por um valor inferior. A insatisfação dos militares pela falta de pagamentos era tida como a principal causa de deserção (OFÍCIO, 1825, fl. 253-254, Livro 118), o que reforça a inferência sobre as baixas condições socioeconômicas dos recrutados.

A QUESTÃO RACIAL E O RECRUTAMENTO MILITAR

Os estudos de Michael C. McBeth (1977) e Joan Meznar (1992) destacam que, no Brasil imperial, o recrutamento militar servia como forma de controle social e incidia especialmente sobre as camadas mais pobres da população e desempregados que não estavam inseridos nas redes de proteção dos grandes proprietários de terra. Assim, pode-se dizer que os filhos da folha militar (que muitas vezes nem sequer recebiam) em Goiás eram os pobres livres, pardos, negros e indígenas aliados.

Embora se recrutassem pessoas, independente do aspecto social, racial e financeiro, para servirem como soldados, eram as elites coloniais que, geralmente, detinham os cargos de oficiais e lideravam tanto as tropas de Ordenanças quanto as Milícias (PEREGALI, 1986, p. 65).

As estratégias para se recrutar indígenas aliados, sobretudo os aldeados, para atuarem nas tropas era recorrente desde o Brasil colonial e merece um estudo aprofundado, por causa da complexidade e instabilidade das alianças e negociações entre os diferentes povos indígenas e as autoridades imperiais. O que se sobressai nos documentos sobre o século XIX em Goiás é que a guerra frequente contra os indígenas, que faziam resistência, era um dos motivos de se recrutar tropas para atender às demandas do território goiano. Não à toa, entre os indivíduos recrutáveis constavam homens jovens e solteiros, fossem

brancos, pardos ou negros, dando-se preferência aos que possuíam experiência de “bandeirantes” (OFÍCIO, 1824, fls. 96-97, Livro 120).

Em uma correspondência ao comandante de Carolina, em outubro de 1823, o governador das armas de Goiás pedia para que se recrutassem os indígenas amigos mais a “gente civilizada” para “atacar, bater e destruir as forças portuguesas do Pará e Maranhão, que pretendiam subir os rios Tocantins e Araguaia”. Camargo Fleury também menciona que os moradores do arraial do Carmo e os indígenas do aldeamento de São José do Duro teriam sido instados a participarem dos conflitos da Comarca do Norte, durante o Movimento Autonomista (1821-1823) (OFÍCIO, 1823, fls. 64-A, Livro 120).

Cunha Mattos, quando estava no cargo de governador das armas, constantemente, mencionava a existência de “pardos e pretos” nas tropas goianas. Ele discordava de se excluir do comando militar dos distritos os oficiais dos Regimentos de Infantaria somente por serem pardos, porque o Imperador havia concedido aos pardos e brancos as mesmas prerrogativas. A presença das pessoas de cor nas tropas goianas não era de se estranhar, tendo em vista que entre a população provincial havia uma alta porcentagem de pardos e negros, sendo que a maioria da população era “proletária” (MATTOS, 1836, p. 7-12); constituindo-se, no início do século XIX, da seguinte forma: 40% de escravizados, 31% de pardos livres, 16% de negros livres e 13% de brancos (OLIVEIRA, 2015).

No tocante à participação de não-brancos nas tropas goianas, existe um mal-estar gerado pela possibilidade dos oficiais “pardos” ou “pretos” exercerem postos de comando nas localidades. O critério principal para ser recrutado, independentemente de ser branco ou pardo, era possuir meios de subsistência e não possuir uma conduta irregular, embora haja menção aos recrutamentos dos ditos “vadios” e desocupados (OFÍCIO, 1824, fls. 96-97, Livro 120).

Conforme ocorria em todo o território brasileiro, em Goiás, o recrutamento foi também uma estratégia usada para combater o que era identificado como “vadiagem”. A recomendação era recrutar os vadios para compor as tropas de linha. Alistar os “vadios” no serviço militar era uma prática frequente, porque esses indivíduos não estavam inseridos nas chamadas redes de proteção e patronagem (MEZNAR, 1992, p. 335-336). Tais indivíduo pobres, que viviam à margem do regime escravista, quando alistados, tinham como único recurso fugir ou desertar. Entretanto, alguns desses sujeitos ficavam nas tropas militares, geralmente na companhia de infantaria, na esperança de conseguir melhorar a situação econômica.

Essa prática costumeira, envolvendo uma lógica clientelar, compartilhada e reproduzida socialmente, estimulava muitos a terem um bom desempenho no serviço

militar. Tanto que Fleury, em 7 de abril de 1823, ao solicitar à Junta Provisória que concedesse a promoção para dois membros da sua escolta armada, justificou que eles eram “prontos”, serviam com “muita vontade” e eram “brancos”:

[...] numa comarca ainda convulsa, mandei sentar praça de pedestre um Romualdo José da Silva e José Luciano e igualmente reservei dois milicianos de Cavalaria dos que vieram de Traíras, para pedir a V. Excias. a praça de dragão para os ditos a saber: José Joaquim Marques, filho do dragão João Marques, este moço é de estímulos, serviu e serve com muita vontade [...] outro é Manoel Joaquim da Silva, também serve com vontade, e é pronto [...] ambos ao que me parece são brancos (OFÍCIO, 1823, p. 109).

Embora o recrutamento militar fosse feito indiscriminadamente, a menção de Fleury, nesta solicitação à Junta, ao fato de os pedidos de promoção serem para homens brancos reforça que um critério para promoção era a questão racial. Outro quesito importante era ter parentes que já faziam parte da instituição.

Nota-se que, durante a época da independência, uma forma de convencer a população de baixa renda, o povo miúdo, a fazer parte da força física do Estado imperial era as promessas de cargos, patentes e remuneração. Foi essa promessa que o capitão-general Manoel Inácio de Sampaio fez ao furriel de Dragões Simão de Sousa Rego, ao enviá-lo para a Comarca do Norte, a fim de evitar que o Movimento autonomista nortense se alastrasse para outros arraiais. Essa recompensa não veio por meio de Sampaio, que deixou a presidência da Junta Provisória no início janeiro de 1822. Mesmo assim, Simão de Souza Rego, adquirindo atestados de idoneidade dos seus oficiais superiores, conseguiu formalizar um requerimento, enviado ao Imperador, para que fosse promovido a ajudante do Primeiro Regimento de Milícias de Goiás.

Outro protagonista da independência beneficiado por sua atuação foi o sargento-mor do Primeiro Regimento de Cavalaria de Segunda Linha de Goiás José Antônio Ramos Jubé, cujo pedido de promoção foi enviado pelo deputado provincial Camargo Fleury ao Imperador. Nesse requerimento, Fleury propunha que Jubé retornasse para a Primeira Linha com a graduação de tenente-coronel, ficando empregado como ajudante de ordens ou à disposição do governo da província, por tê-lo ajudado a conter o Movimento Autonomista do Norte Goiano. Na argumentação usada, ressalta-se que devido à sua fidelidade ao imperador, Jubé, inclusive, se negou a aceitar o posto de tenente-coronel que lhe ofereceu o governo dissidente de Natividade, tentando persuadi-lo a aderir ao projeto de separação da Comarca do Norte em relação à Comarca Sul (REGISTRO, 1822, fl. 64-65, Livro 94).

Fornecer subsídio voluntário ao erário público, comprovar a sua fidelidade ao imperador e aderir à causa da independência foram os argumentos mais usados pelos militares que pleiteavam alguma promoção neste contexto. Mas era com base nas relações pessoais que esses requerimentos conseguiam ser apreciados e atendidos pelas autoridades competentes. Apesar do esquecimento das narrativas históricas oficiais, os conflitos intraelites geraram oportunidades de protagonismo e ascensão social para os brasileiros pobres de Goiás, mas o preço a se pagar era alto, por causa dos perigos, doenças e péssimas condições de trabalho que tinham que enfrentar os filhos da folha militar de baixa condição financeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na época da Independência em Goiás, as elites dirigentes se envolveram em renhidas disputas pelo poder no âmbito regional, mobilizando para isso as camadas mais pobres da população (brancos, negros, pardos e indígenas). O agravamento das disputas ocorreu após as Cortes de Lisboa autorizarem a instalação dos Governos Provisórios, o que ampliou a possibilidade de atuação política para as facções locais. Uma parte dessas facções insatisfeitas, já em agosto de 1821, tentaram destituir o capitão-general Manoel Inácio de Sampaio, por meio da força. Um mês após essa tentativa de golpe, estourou no Norte Goiano o Movimento Autonomista (1821-1823), liderado por Joaquim Teotônio Segurado e outros principais do lugar, que estavam ressentidos com os rumos da administração provincial.

Entremeio a esses conflitos, identifica-se que duas facções se sobressaíram na concorrência pelo poder político. A facção mais moderada buscou ocupar os principais cargos administrativos, dentro da legalidade. Por outro lado, a facção oposicionista, mais radical, procurou estratégias de tomar o poder com a mobilização das elites divergentes e do “povo miúdo”, especialmente daqueles que atuavam nas tropas goianas. O alvo dos protestos das facções eram os forasteiros, aqui compreendidos como as autoridades nomeadas pelo governo central, que não pertenciam à província. Em relação à política imperial, todavia, tanto os mais moderados quanto os mais radicais, mantiveram um discurso centrípeto.

Analisando o processo de independência de Goiás fica evidente de que a separação de Portugal se assemelhou a um divórcio litigioso, tumultuado pelas elites provinciais interessadas na partilha e ampliação dos bens materiais e simbólicos. As incertezas e a crise de autoridade geradas pela reorganização do poder, suscitada após a Revolução do Porto e

com as decisões tomadas pelas Cortes de Lisboa, aguçaram as antigas queixas contra o capitão-general Manuel Inácio de Sampaio, sendo as tropas militares goianas utilizadas como fiel da balança, por delas dependerem a defesa e o ataque no caso de um eventual confronto. A necessidade de recrutamento de soldados foi mencionada tanto pelas autoridades instituídas na Comarca do Sul quanto pelos rebeldes separatistas da Comarca do Norte, esses últimos, inclusive, prometiam aumento dos soldos aos soldados que aderissem ao projeto separatista.

Nas correspondências do governador Raimundo José da Cunha Mattos é notória a insatisfação das tropas goianas, especialmente dos militares de Primeira Linha, que dependiam dos soldos para sobreviver. Isso fazia com que esses militares tivessem uma predisposição para se envolverem nos conflitos políticos, conforme ocorreu em meados de 1821 e no início da Regência, com as tentativas de derrubar pela força a autoridade nomeada pelo governo central.

O ressentimento contra o capitão-general era comungado por todas as lideranças radicadas em Goiás. Havia um agastamento contra as autoridades forasteiras, ou seja, os agentes estatais não pertencentes à província. Na Comarca do Norte, esse ressentimento, gerado sobretudo pela cobrança de impostos sobre os produtos, acrescido das relações comerciais mais próximas com a Bahia e o Pará, corroboraram para a instauração do Movimento Autonomista (1821-1823). Esse Movimento não teve êxito pela articulação e repressão do deputado provincial Luíz Gonzaga de Camargo Fleury, mas também pelas estratégias da Junta de Governo que persuadiu as autoridades centrais a desconfiarem das intenções dos nortenses, ao dizer que as lideranças eram contra a independência do Brasil.

Na tentativa de conter os avanços da tropa que acompanhava Camargo Fleury (entre os quais havia, pelo menos, nove Dragões e onze Pedestres), os moradores do arraial do Carmo e os indígenas do aldeamento de São José do Duro teriam sido instados a participarem dos conflitos, cujo desfecho favorável à reunificação foi negociado, mas com muita resistência por parte dos homens bons residentes no Norte Goiano e dos brasileiros pobres que protagonizaram esses conflitos: os primeiros, almejavam os cargos e os benefícios fiscais que seriam adquiridos com a separação das duas Comarcas; enquanto os segundos pretendiam ascensão econômica, garantia de sustento, promoções e reconhecimento social.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás (1863)**. Brasília: Gráfica Ipiranga, 1979.

ÂNTONIO, Edna Maria Matos. A participação dos elementos populares no processo de independência da América portuguesa: uma discussão. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, São Cristóvão, v. 14, n. 27, p. 32-53, jul.-dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/14691/11442>>. Acesso em jun. 2023.

ATAÍDES, Jézus Marco de. A chegada do colonizador e os kayapó do sul. In: MOURA, Marlene Castro Ossami (Org.). **Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural**. Goiânia: Ed. UCG; Vieira; Kelps, 2006. p. 51-88

BARATA, Francisco José Rodrigues. Memória em que se mostram algumas providências tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da capitania de Goyas. Escriptas e dedicadas ao Conde de Linhares (1848). **Revista do Instituto Histórico Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 2, Tomo II, p. 336-365, 1891.

BARMAN, Roderick J. **Brazil: the forging of de nation, 1798-1852**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

CARVALHO, Marcus J. M. Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste (1817-1848). In: JANCÓS, Istvan (Org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: FAPESP/Hucitec, 2005. p. 881-914.

CONSTANCIO. Francisco Solano. **Novo dicionário crítico e etimológico da língua portuguesa**. Paris: Officina Typographica de Casimir, 1836.

COSTA, Fernando Dores. Capitalistas e Serviços: Empréstimos, Contratos e Mercês no Final do Século XVIII. **Análise Social**, v. 27, n. 116-117, p. 441-460, 1992.

COSTA, Fernando Dores. Os Problemas do Recrutamento Militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da Nação. **Análise Social**, v. 30, n. 130, 1995, p. 135-141, 1995.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Puc-Rio, Apicuri, 2006.

KARASCH, Mary. The periphery of the periphery? Vila Boa de Goiás, 1780-1835. In: DANIELS, Christine; KENNEDY, Michael V. **Negotiated Empires: centers and peripheries in the Americas, 1500-1820**. New York & London: Routledge, 2002. p. 397-411.

LACERDA, Regina. **A independência em Goiás**. Goiânia: Editora Oriente, 1970.

MACBETH, Michael C. The Brazilian recruit during the First Empire. In: ALDEN, Dauril; DEAN, Warren. **Essays concerning the socioeconomic history of Brazil and Portuguese India**. Gainesville: University Presses of Florida, 1977. p. 71-86.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In: JANCÓS, István (Org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003. p. 285-296.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **Chorographia Histórica da Província de Goyaz**. Goiânia: Líder, 1979.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goyaz, seguido de huma descrição chorographica de Goiaz, e dos roteiros desta província as de Mato Grosso e São Paulo**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Vilaleneuve E. C., 1836. Tomos I e II.

MEZNAR, Joan E. The ranks of the poor: military service and social differentiation in Northeast Brazil, 1830-1875. **Hispanic American Historical Review**, Duke University Press, v. 72, n. 3, p. 335-351, aug. 1992.

MENDES, Fábio Faria. A economia moral do recrutamento militar no império brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000300005&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 jun. 2006.

OFÍCIO de 07 de abril de 1823 a Exma. Junta Provisória do Governo de Goiás. Documento citado por: BORGES, Humberto Crispim. **O pacificador do norte**. Goiânia: Cerne, 1984. p. 109-110.

OFÍCIO de 8 de julho de 1823 dirigido ao Ex. Sr. João Vieira de Carvalho, Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra. **Correspondências do Comandante das Armas em Goiás**, Raimundo José da Cunha Mattos (1823-1825). Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 118. Manuscrito. fl. 15.

OFÍCIO de 23 de junho de 1823 da Sua Exa. O Governador das Armas ao Ex. Sr. João Vieira de Carvalho, Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra. **Correspondências do Comandante das Armas em Goiás**, Raimundo José da Cunha Mattos (1823-1825). Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 118. Manuscrito. fl. 6.

OFÍCIO de 15 de julho de 1823, ao Secretário de Estado a respeito das patentes dos oficiais. **Correspondências do Comandante das Armas em Goiás**, Raimundo José da Cunha Mattos (1823-1825). Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 118. Manuscrito. fl. 23.

OFÍCIO de 19 setembro de 1823 do Ex. Senhor Governador das Armas o Ex. Sr. João Vieira de Carvalho, Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra. **Correspondências do Comandante das Armas em Goiás**, Raimundo José da Cunha Mattos (1823-1825). Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fl. 15.

OFÍCIO de 23 de outubro de 1823, para Comandante de Carolina. **Correspondência do Governador das Armas Raimundo José da Cunha Mattos com os Comandantes dos Distritos** (1823-1829). Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fls. 64-A.

OFÍCIO de 23 de novembro de 1823, para o Capitão Raimundo Fernandes Pereira. **Correspondência do Governador das Armas Raimundo José da Cunha Mattos com os Comandantes dos Distritos** (1823-1829). Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fl. 62 .

OFÍCIO de 07 de janeiro de 1824, Circulares para os Comandantes dos Distritos. **Correspondência do Governador das Armas Raimundo José da Cunha Mattos com os Comandantes dos Distritos** (1823-1829). Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fl. 89.

OFÍCIO de 09 de fevereiro de 1824 para o Capitão João Aires da Silva do Distrito do Carmo. **Correspondência do Governador das Armas com os Comandantes de Distritos** (1823-1829). Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fl. 68.

OFÍCIO de 27 de março de 1824, para o Capitão-mor da Vila da Palma. **Correspondência do Governador das Armas com os Comandantes de Distritos** (1823-1829). Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fls. 86-88.

OFÍCIO de 10 de outubro de 1824, para Comandante de São Felix. **Correspondência do Governador das Armas Raimundo José da Cunha Mattos com os Comandantes dos Distritos** (1823-1829). Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fls. 96-97.

OFÍCIO de 08 de novembro de 1824, ao Secretário de Estado a respeito dos meios de pagar a tropa. **Correspondências do Comandante das Armas em Goiás, Raimundo José da Cunha Mattos** (1823-1825). Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 138. Manuscrito. fl. 120.

OFÍCIO de 22 de julho de 1825, ao Secretário de Estado. **Correspondências do Comandante das Armas em Goiás, Raimundo José da Cunha Mattos** (1823-1825). Arquivo Histórico de Goiás, Goiânia, Livro 118. Manuscrito. fls. 253-254.

OFÍCIO de 22 de novembro de 1825 para o Comandante de Flores. **Correspondência do Governador das Armas com os Comandantes de Distritos** (1823-1829). Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fl. 111.

OFÍCIO de 12 de dezembro de 1825, para o Comandante Geral do Pontal. **Correspondência do Governador das Armas com os Comandantes de Distritos** (1823-1829). Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fls. 115-116.

OFÍCIO de 04 de janeiro de 1826, para o Comandante Geral de Flores. **Correspondências do Comandante das Armas em Goiás, Raimundo José da Cunha Mattos** (1823-1825). Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 120. Manuscrito. fl. 120.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso. A população de Goiás: da mineração para a pecuária (1804). **História Revista**. Goiânia, v. 21, n. 1, p. 154-187, jan/abr. 2015.

PALACIN, Luis. **Subversão e corrupção**: um estudo da administração pombalina em Goiás. Goiânia: Ed. UFG, 1983.

PEREGALI, Enrique. **Recrutamento militar no Brasil colonial**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1986.

PEREIRA, Luisa Rauter. Povo. In. **Dicionário da Independência do Brasil**: história, memória e historiografia. São Paulo: Edusp, Publicações BBM, 2022. p. 763-765.

PORTARIA de 29 de dezembro de 1821 sobre os acontecimentos de Cavalcante, e recomendando a este governado não abandonar seu posto como bom militar. Documento citado por: MACEDO, Tairone Zuliani. **Império e Região**: a dinâmica do processo de independência e a elite política em Goiás. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003. p. 39.

PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PROCLAMAÇÃO aos Habitantes da Comarca da Palma, de 15 de setembro de 1821 apud ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás** (1863). Brasília: Gráfica Ipiranga, 1979. p. 358-359.

PROCLAMAÇÕES apud ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás**. Brasília: Gráfica Ipiranga, 1979. p. 359-560.

REGISTRO de Requerimento e Documentos do sargento-mor José Antônio Ramos Jubé. **Registro de Documentos Militares** (1822). Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Goiânia, Livro 94. Manuscrito. fls. 64-65.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882. **Revista Aulas**, n. 2, p. 87-102. Trad. Glaydson José da Silva. 2006. Disponível em: <https://www.unicamp.br/~aulas/revista_aulas/subjetividades/subjetividade_arquivos/revista_aulas_subjetividades.pdf>. Acesso em jun. 2023.

RIBEIRO, Gladys Sabina. O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e “de cor” na Independência do Brasil. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 22, n. 58, p. 21-45, dez. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/bxjjzk7MbdH5RBXbFgnwZqm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa** composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado acrescentado por Antonio de Moraes e Silva. LISBOA: NA OFFICINA DE SIMAO THADDEO FERREIRA, T. 2, 1789.

SOUSA NETO, Marcelo de. Os filhos indesejados da Nação: as lutas pela Independência no Piauí e a exclusão dos grupos populares (1821-1823). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 1-20, jan./dez. 2022. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/42416/27720>>. Acesso em Aug. 2023.

SOUZA, Luiz Antônio da Silva. Memória sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz. **Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, n. 16, 4. trim. 1849. p. 447.

VAL, Nilo. Formação do exército brasileiro e sua evolução no século XIX. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 621-681, 1928.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antônio Manuel. As Redes Clientelares. In: HESPANHA, A. M. (Coord.). **História de Portugal: o antigo regime**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 339-349.

Como citar:

ABNT

VIEIRA, M. V. Os “Filhos da Folha” na época da Independência em Goiás: o protagonismo esquecido dos brasileiros pobres. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 9, n. 03 (ed. esp.), e2023.19, 2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e2023.19>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

APA

Vieira, M. V. Os “Filhos da Folha” na época da Independência em Goiás: o protagonismo esquecido dos brasileiros pobres. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 9, n. 03 (ed. esp.), e2023.19, 2023. Recuperado em 26 dezembro, 2023, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e2023.19>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.
Copyright © 2023, Universidade Federal do Maranhão.

